

**FUCAPE PESQUISA E ENSINO LIMITADA – FUCAPE MA**

**SAMUEL BARROS GONDINHO**

**REELEIÇÃO DE PREFEITOS E DESEMPENHO NA GESTÃO DA  
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: uma avaliação de municípios brasileiros**

**SÃO LUÍS  
2019**

**SAMUEL BARROS GONDINHO**

**REELEIÇÃO DE PREFEITOS E DESEMPENHO NA GESTÃO DA  
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: uma avaliação de municípios brasileiros**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Administração, Fucape Pesquisa e Ensino Limitada – Fucape MA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Contabilidade e Administração – Nível Acadêmico.

Orientador: Me. João Eudes Bezerra Filho

**SÃO LUÍS  
2019**

**SAMUEL BARROS GONDINHO**

**REELEIÇÃO DE PREFEITOS E DESEMPENHO NA GESTÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: uma avaliação de municípios brasileiros**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Administração da Fucape Pesquisa e Ensino Limitada – Fucape MA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Contabilidade e Administração – Nível Acadêmico.

Aprovada em 28 de Março de 2019.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**Prof° Dr.: JOAO EUDES BEZERRA FILHO**  
Fucape Pesquisa e Ensino Limitada

**Prof° Dr.: ARILDA MAGNA CAMPAGNARO TEIXEIRA**  
Fucape Pesquisa e Ensino Limitada

**Prof° Dr.: OLAVO VENTURIM CALDAS**  
Fucape Pesquisa e Ensino Limitada

## RESUMO

Esta pesquisa analisa o comportamento de eleitores brasileiros durante o ciclo de 2012 – 2016, para verificar se eles são capazes de responsabilizar prefeitos pelo seu desempenho na gestão da política de alimentação escolar. A pesquisa fundamentou-se em estudos sobre *accountability* e seus desdobramentos para mitigar conflitos de interesse entre agente e principal numa relação política. As avaliações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram construídas a partir dos relatórios de auditoria da CGU. O estudo evidenciou que eleitores brasileiros tendem a punir prefeitos quando os resultados entregues na alimentação escolar são baixos, sugerindo o funcionamento da *accountability* para combater os problemas de agência relacionados. Ademais, foi possível verificar que os cidadãos têm dificuldades em identificar a prática de atos corruptos no PNAE. Todavia, eleitores são capazes de punir prefeitos ao tomarem conhecimento da ação delituosa, reforçando a importância da redução da assimetria de informação no combate aos desvios que ocorrem na delegação de autoridade.

**Palavras-chave:** *Accountability*; Educação; Alimentação escolar; Comportamento do eleitor; Assimetria de informação; Relatórios de auditoria; Reeleição; Governos locais.

## ABSTRACT

This research analyzes the behavior of Brazilian voters during the cycle of 2012-2016, to verify if they are able to hold mayors responsible for their performance in the management of school feeding policy. The research was based on studies on accountability and its consequences to mitigate conflicts of interest between agent and principal in a political relationship. The evaluations of the National School Feeding Program (PNAE) were constructed based on CGU's audit reports. The study showed that Brazilian voters tend to punish mayors when results delivered on school meals are low, suggesting the functioning of accountability to address related agency problems. In addition, it was possible to verify that citizens have difficulties in identifying the practice of corrupt acts in the PNAE. However, voters are able to punish mayors when they become aware of prosecution, reinforcing the importance of reducing asymmetry of information in combating deviations that occur in the delegation of authority.

**Keywords:** *Accountabilit*; Education; School feeding; Voter behavior; Information asymmetry; Audit report; Re-election; Local governments.

À minha mãe (*in memoriam*)  
que tanto se dedicou pela minha  
educação e formação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela oportunidade e disposição de participar deste desafio. À minha família, em especial à minha esposa pelo companheirismo e compreensão durante a jornada, ao meu filho por me encher de ânimo e ao meu pai e minha irmã pelo apoio e incentivo. Agradeço também aos professores da FUCAPE pelo aprendizado, aos colegas de turma pela companhia na trajetória e à CGU pelo incentivo à qualificação.

## SUMÁRIO

<b>Capítulo 1</b> .....	<b>8</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>Capítulo 2</b> .....	<b>12</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>12</b>
2.2 TEORIA DA AGÊNCIA .....	12
2.3 ACCOUNTABILITY .....	14
<b>Capítulo 3</b> .....	<b>19</b>
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	<b>19</b>
3.1 COLETA DE DADOS.....	20
3.2 VARIÁVEIS DA PESQUISA.....	21
<b>3.2.1 Variável dependente</b> .....	<b>21</b>
<b>3.2.2 Variáveis independentes</b> .....	<b>21</b>
3.2.2.1 Variável merenda.....	22
3.2.2.2 Variável corrupção.....	24
3.2.2.3 Variável divulgação do relatório de auditoria .....	24
<b>3.2.3 Variáveis de controle</b> .....	<b>25</b>
3.3 MODELO ESTATÍSTICO.....	26
<b>Capítulo 4</b> .....	<b>27</b>
<b>4. ANÁLISES DOS RESULTADOS</b> .....	<b>27</b>
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA .....	27
4.2 REGRESSÃO LOGÍSTICA.....	29
<b>Capítulo 5</b> .....	<b>34</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>36</b>



## Capítulo 1

### 1. INTRODUÇÃO

Problemas de natureza agente-principal surgem quando um indivíduo, denominado principal, delega poderes para que outro, o agente, crie valor em seu nome. O problema existe devido à assimetria de informação e à divergência de objetivos entre os dois indivíduos (BOSSE; PHILIPS, 2016).

No campo da política, a assimetria de informação impede que os cidadãos tenham certeza se os governantes estão agindo de acordo com as suas preferências, bem como se estão respeitando os termos da delegação de autoridade. A defasagem dessas informações faz com que eleitores se exponham ao risco moral do agente (SHAPIRO, 2005).

Como o comportamento do agente está sujeito às oscilações, o principal não tem como anteceder se a delegação alcançará os resultados almejados. É por causa dessa possibilidade que os abusos de poder praticados por governantes nas democracias representativas têm sido objeto de preocupação dos pesquisadores, pois há um consenso no meio acadêmico de que o seu efeito é alto e custa caro à sociedade (BOSSE; PHILIPS, 2016; OLKEN; PANDE, 2012).

Ao assumir que os agentes podem agir contra o seu interesse, o principal deve criar incentivos para alinhar a conduta deles aos seus objetivos e estabelecer monitoramento para reduzir a assimetria de informação entre as partes (JENSEN; MECKLING, 1976).

A *accountability* é um mecanismo para tentar diminuir os problemas que decorrem da relação agente-principal. Isso ocorre porque a sua existência numa

relação política impõe ao agente a obrigação de informar e justificar seu comportamento ao principal que, por sua vez, deverá avaliar e julgar a conduta adotada, podendo este aplicar sanções a aquele (BOVENS, 2010; SCHILLEMANS; BUSUIOC, 2014). Dessa definição, verifica-se que o mecanismo da *accountability* atende às duas recomendações de Jensen e Meckling (1976) para mitigar o conflito de interesses que existe entre agente e principal numa democracia representativa.

A *accountability* funciona numa democracia quando os eleitores punem governantes que apresentam uma baixa performance na sua gestão. Nesse sentido, a *accountability* só existe quando os maus resultados entregues pelos eleitos aumentam a sua probabilidade de derrota nas próximas eleições. Sendo assim, as eleições recorrentes funcionam como dispositivo para alinhar interesses de eleitores e eleitos (ZIELINSKI; SLOMCZYNSKI; SHABAD, 2005).

Estudos como o de Besley e Case (1995), Zielinski, Slomczynski e Shabad (2005), Alt, Mesquita e Rose (2011) foram capazes de apontar que, em algum grau, a possibilidade de punição nas urnas funciona como mecanismo de controle político. No Brasil, Ferraz e Finan (2008) demonstraram que os cidadãos são capazes de responsabilizar seus governantes municipais quando tomam conhecimento da prática de atos de corrupção. Os autores verificaram que a divulgação de práticas corruptas associadas aos prefeitos diminuiu a probabilidade de reeleição para aqueles que participaram de tais atos.

Todavia, outros estudos foram capazes de identificar associação entre a educação e a prática de atos lesivos à coletividade. Segundo Goel e Nelson (2011), a pouca escolaridade da população local torna o ambiente mais propício ao cometimento de ações que beneficiam o interesse individual do governante em detrimento do principal. Por outro lado, Ferraz, Finan e Moreira (2012) estudaram o

comportamento da gestão de prefeitos municipais e verificaram que as localidades onde o gestor agiu mais vezes para proteger seu interesse particular estão associadas positivamente ao baixo desempenho escolar dos alunos.

Considerando que a educação dos cidadãos está associada inversamente ao nível de aderência entre eleitores e eleitos, conforme Goel e Nelson (2011), espera-se que políticos que tenham interesse em maximizar seus ganhos à custa de sacrifícios da sociedade prefiram que a população local tenha baixo nível educacional. Ademais, considerando que, quanto mais o agente maximiza seus ganhos em desfavor da sociedade mais baixa é a qualidade da formação educacional dos novos cidadãos, conforme Ferraz, Finan e Moreira (2012), espera-se que políticos que queiram manter um ambiente mais factível para seus ganhos pessoais, incrementem mais práticas que sacrificam a população. Por esses motivos, a evolução da educação se apresenta como uma questão relevante no contexto de problemas de agência entre eleitores e eleitos.

Este estudo se concentrará na análise da capacidade que a *accountability* brasileira tem em responder aos problemas na educação pública municipal, mais especificamente aqueles relacionados com a alimentação escolar fornecida aos alunos. O trabalho teve como referência a pesquisa realizada por Ferraz e Finan (2008) que, na oportunidade, verificaram os efeitos que a redução da assimetria de informação produz na decisão do eleitor em reconduzir ou não o prefeito municipal ao cargo. A pesquisa dos autores se centrou, prioritariamente, nos atos de corrupção praticados por prefeitos municipais. Todavia, o presente trabalho acrescentará aspectos da gestão municipal que não necessariamente são causados por atos de corrupção, contudo, com escopo restrito à educação municipal. Seguindo a mesma linha, esta pesquisa teve como campo de estudo os municípios que receberam

auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) para avaliar a aplicação de recursos públicos executados entres os anos de 2013 a 2016.

Diante do exposto, este estudo apresenta o seguinte objetivo/problema de pesquisa: os eleitores brasileiros são capazes de responsabilizar os prefeitos pelo seu desempenho na gestão da alimentação escolar municipal?

A justificativa desta pesquisa fundamenta-se na ampliação de conhecimento sobre a capacidade da *accountability* de países em desenvolvimento, com uma democracia em consolidação, responder adequadamente aos resultados entregues pelos eleitos. Neste caso específico, os resultados relacionados à educação que, por suas peculiaridades, tem potencial para manter a continuidade de problemas de agência, tornando-os cíclicos. O estudo diferencia-se de Feraz e Finan (2008), uma vez que busca avaliar o comportamento diante de problemas na educação pública, inclusive, não se restringindo a atos de corrupção. Esta pesquisa também contribui para a discussão sobre o impacto da *accountability* enquanto mecanismo de controle, principalmente no que diz respeito ao efeito que as interações entre *accountability* horizontal e vertical podem proporcionar. Do ponto de vista prático, será possível verificar se o modelo de controle dos problemas decorrentes da relação agente-principal no Brasil tem apresentado resultados satisfatórios, contribuindo, inclusive, para uma reflexão sobre a atuação dos órgãos de controle.

## Capítulo 2

### 2. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 2.2 TEORIA DA AGÊNCIA

Durante as décadas de 1960 e 1970 economistas estudaram os problemas que surgem quando partes cooperantes têm atitudes diferentes diante do risco. Trabalhos posteriores, principalmente o de Ross (1973) e o de Jensen e Meckling (1976), incluíram, nessa discussão, o problema de agência que ocorre quando partes cooperantes de uma organização têm objetivos distintos e divisão de trabalho (EISENHARDT, 1989).

A compreensão dessa teoria passa pela percepção de que as firmas não devem ser vistas como seres que têm vontade própria. Elas são apenas ficções legais funcionando como ponto de encontro para interações complexas que ocorrem entre pessoas com objetivos conflitantes, mas que alcançam equilíbrio por meio de uma relação contratual (JENSEN; MECKLING, 1976).

Admitindo que agente e principal atuem sempre para maximizar seus ganhos, ocorrerá o problema de agência quando os seus interesses estiverem divergentes e o agente possuir informações que o principal não tem acesso. Dada essa possibilidade, cabe ao principal formular contratos que sejam capazes de alinhar ao máximo os interesses das duas partes, bem como incorrer em custos de monitoramento para diminuir a assimetria de informação (BOSSE; PHILLIPS, 2016).

Historicamente, a teoria da agência se desenvolveu em torno de duas abordagens: positivista e agente-principal. A primeira se dedica a identificar situações de conflito de interesses para, em seguida, descrever mecanismos capazes de limitar

a atuação do agente. Concentra-se, prioritariamente, nas relações entre proprietários e gestores de companhias. A segunda está voltada para a teoria geral agente-principal, que pode ser aplicada às outras relações que não apenas proprietários e gestores. As pesquisas da segunda abordagem são mais testáveis e estão focadas em determinar o contrato ótimo, comportamental versus resultados, entre principal e agente (EISENHARDT, 1989).

O paradigma da agência nas relações políticas democráticas funciona da mesma forma que na teoria da firma clássica. Por meio de eleições o principal delega aos agentes poderes para conduzir as suas preferências políticas. Todavia, os objetivos do principal e do agente podem estar desalinhados e, devido à assimetria de informação, o principal não tem certeza sobre a adequação das decisões do agente. Dessa forma, o principal deve criar incentivos para alinhar o interesse do agente ao seu e monitorar o comportamento do agente, o que acaba gerando custos (SHAPIRO, 2005).

Allen, Qian e Shen (2015) defendem, em seu estudo, que problemas de agência geram corrupção e que o Estado não consegue controlá-la caso não haja recursos suficientes para pagar altos salários aos funcionários públicos. Tendo em vista que o custo para manter altos níveis salariais seria muito elevado, governos preferem tolerar determinado nível de corrupção.

Goel e Nelson (2011), em estudo que comparou os modelos utilizados para a mensuração de determinantes de corrupção em estados americanos, verificaram que o alto nível educacional da população está relacionado negativamente com a corrupção. Essa conclusão foi suportada pela significância estatística em todos os modelos verificados.

Hakhverdian e Mayne (2012), pesquisando as interações entre confiança institucional, educação e corrupção, verificaram que o nível educacional funciona como um potencializador do efeito da corrupção na confiança institucional. Seus resultados apontaram que em ambientes de baixa corrupção, os mais educados se mostram mais confiantes no governo que os menos escolarizados. Enquanto que em um ambiente mais corrupto, os grupos com menor nível educacional têm mais confiança institucional que os mais qualificados.

Ao analisar o impacto da corrupção no desempenho escolar de alunos brasileiros, Ferraz, Finan e Moreira (2012) apontaram, em um dos resultados de seu estudo, que um incremento de trinta por cento de corrupção está associado a uma redução de 0.10 desvios padrão nos testes de desempenho.

Para Florence, Asbridge e Veugelers (2008), vários são fatores que influenciam no desempenho escolar das crianças, incluindo aspectos socioeconômicos e sua nutrição. Para os autores, as pesquisas sobre nutrição e sucesso escolar têm demonstrado que crianças mal alimentadas apresentam menores níveis de frequência, atenção e desempenho quando comparadas a crianças bem alimentadas.

## 2.3 ACCOUNTABILITY

É uma relação entre um agente e um fórum que, frequentemente, assume a natureza agente-principal. Nessa relação, o agente é obrigado a informar e justificar seus atos ao fórum, que pode questioná-lo e deve julgar a sua conduta, ficando o agente sujeito ao recebimento de sanções. Os agentes podem ser tanto uma pessoa como uma instituição. O fórum pode ser um cidadão, um superior hierárquico, um jornalista ou uma entidade governamental, como o parlamento ou uma agência de auditoria (BOVENS, 2007; BOVENS, 2010).

O processo de *accountability* geralmente passa por três fases. Na fase da informação, o agente apresenta seu desempenho e disponibiliza suas contas ao fórum. Na fase do debate, o agente e o fórum discutem acerca da regularidade das contas apresentadas, cabendo ao agente responder aos questionamentos do fórum e, caso haja necessidade, justificar seus atos. Na fase de consequências, o fórum julgará as ações do agente e decidirá sobre a aplicação de sanções (SCHILLEMANS, 2008).

Dessa forma, a *accountability* é um elemento central na garantia dos ideais das democracias representativas, nas quais os governantes são cobrados por suas promessas e instados a prestar contas por seus atos. Ela se realiza no processo eleitoral, por meio do voto do cidadão, como também no dia a dia da atuação dos agentes e das organizações públicas. Ocorre não somente baseado nas diferentes instâncias de controle do Estado, mas também pelo controle da imprensa e da sociedade civil (ROCHA, 2011; ROCHA; 2013).

Segundo O`Donnell (1998), a *accountability* pode ser classificada como vertical ou horizontal. A primeira é exercida por meio de eleições e reivindicações sociais, enquanto a segunda é realizada por agências de estado com o poder e o dever para supervisionar e punir agentes públicos que agirem de forma delituosa.

Por meio da *accountability* vertical, democracias tendem a diminuir a corrupção oferecendo regularmente à sociedade a possibilidade de escolher governantes alternativos para substituir aqueles corruptos. No mesmo sentido, as democracias premiam os que conseguem ser mais responsáveis no desempenho de suas funções, mantendo-os no governo (TYBURSKI, 2014).

A reeleição funciona como um mecanismo de controle político. A ideia que sustenta essa afirmação se baseia na assunção de que políticos querem ser reeleitos



e que cidadãos condicionam o seu voto em função do desempenho do governante. Sendo assim, os políticos têm incentivos para programar ações que geram benefícios em favor da população, pois a sua não realização os levaria à derrota nas urnas (ZIELINSKI; SLOMCZYNSKI; SHABAD, 2005).

Diversos foram os estudos que provaram empiricamente o funcionamento da *accountability* vertical. Assume-se, em tais análises, que essa é a relação entre o desempenho dos governantes e a probabilidade de reeleição, o que, nesse sentido, significaria a capacidade dos eleitores alcançarem benefícios à coletividade por meio de incentivo eleitoral. Zielinski, Slomczynski e Shabad (2005) colocaram essa proposição à prova na Polônia. Os resultados encontrados na pesquisa confirmaram suas expectativas e evidenciaram que as eleições nesse país funcionam como mecanismo de controle dos políticos.

Besley e Case (1995), ao estudarem o comportamento do eleitor americano encontraram evidências de que a derrota do governador está associada ao desempenho econômico do Estado. Eles verificaram que mudanças nas taxas de impostos, índices de desemprego e indicadores de bem-estar social afetam as chances de reeleição.

Para Ashworth (2015), os modelos de *accountability* vinculam mudanças no ambiente informacional a alterações no comportamento do governante. Essas informações afetam o quão responsivo o eleitor é, o que, por sua vez alteram os incentivos dos que estão no poder.

A afirmação de Ashworth (2015) acha sustentação no cotejamento dos resultados de Besley e Case (1995) com os estudos apresentados por Alt, Mesquita e Rose (2011), que evidenciaram que o desempenho de governantes americanos que podem concorrer à reeleição é superior ao daqueles que estão impedidos. Em sua

pesquisa, eles identificaram que o crescimento econômico é mais elevado e os impostos são mais baixos quando os políticos estão preocupados com sua recondução, sugerindo a responsividade de eleitores e governantes no sistema político americano.

No Brasil, Cavalcante (2015), ao analisar as eleições municipais de 2008, demonstrou que o brasileiro valorizou a boa gestão de prefeitos municipais ao reconduzi-los quando esses apresentaram uma gestão fiscal responsável. Tal como verificado na democracia americana, o cotejamento com o trabalho de Ferraz e Finan (2011) sugere a responsividade tanto de eleitores quanto de eleitos no Brasil. Ferraz e Finan (2011) demonstraram que prefeitos de municípios brasileiros que estão num primeiro mandato, portanto aptos para apresentarem uma nova candidatura, cometem 27% menos atos corruptos do que aqueles que já estão num segundo mandato.

Outro aspecto relevante verificado no Brasil foram os achados de Ferraz e Finan (2008) sobre a interação bem-sucedida entre a *accountability* horizontal e a vertical. Eles verificaram que a divulgação da corrupção dos governos locais, por meio dos relatórios de auditoria, apresentou um efeito significativo na disputa eleitoral. Os resultados indicaram uma diminuição da probabilidade de reeleição do governante quando ele estiver associado à prática de corrupção.

Considerando que *accountability* presume a não reeleição de políticos quando apresentam baixo desempenho no seu mandato, como afirma Zielinski, Slomczynski e Shabad (2005), que cidadãos brasileiros tendem a recompensar bons prefeitos, segundo os achados de Cavalcante (2015) e que os brasileiros tendem a não reeleger mandatários municipais associados a práticas de corrupção, tal como demonstrado por Ferraz e Finan (2008), apresenta-se abaixo as hipóteses deste estudo:

H1: Os eleitores brasileiros não reconduzem prefeitos quando esses apresentam baixo desempenho na gestão da alimentação escolar;

H2: Os eleitores brasileiros não reconduzem prefeitos quando tomam conhecimento de que esses estão relacionados a atos de corrupção na gestão da alimentação escolar.

## Capítulo 3

### 3. METODOLOGIA

Nesta pesquisa se adotou uma abordagem quantitativa e descritiva, com análise realizada em um conjunto de dados secundários com corte transversal. Para testar as hipóteses definidas, selecionou-se o ciclo eleitoral de gestores municipais, que se iniciou em 01 de janeiro de 2013 e terminou em 31 de dezembro de 2016. A limitação a um ciclo eleitoral se fundamenta na premissa da responsividade das partes integrantes dos modelos de *accountability*, conforme defendido por Ashworth (2015). Nesse sentido, a dilatação de períodos temporais para a avaliação do mesmo fenômeno poderia criar um viés à interpretação do comportamento da *accountability* atual.

O campo de estudo restringiu-se aos municípios brasileiros que receberam visitas das equipes de auditoria da CGU. Para representar a educação pública municipal, elegeu-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse programa foi escolhido por estar presente em todo o território nacional, o que permitiu uma maior amplitude da amostra.

O modelo estatístico utilizado foi adaptado da pesquisa de Ferraz e Finan (2008). Trata-se de uma regressão logística, em que a variável dependente binária mede o sucesso da tentativa de reeleição do prefeito municipal. Para verificar a influência da situação da alimentação escolar municipal na reeleição foram definidas duas variáveis independentes (merenda e corrupção), ambas construídas a partir dos relatórios de auditoria da CGU que avaliaram o PNAE.

Ao assumir que o cidadão comum, em regra, não detém informações sobre a ocorrência de corrupção no governo local, conforme identificado por Ferraz e Finan (2008), criou-se uma terceira variável, denominada divulgação do relatório de auditoria (dap), para indicar se os eleitores de determinado município tiveram informações sobre a conduta do seu prefeito em relação às práticas de corrupção.

Além das variáveis definidas por Ferraz e Finan (2008), foram inseridas outras três variáveis de controle (capital político, pertencer ao partido do governador e evolução socioeconômica). As duas primeiras foram importadas do trabalho de Klein (2010) e outra oriunda de Besley e Case (1995). Em tópico próprio (3.2.3) será abordado o fundamento de suas inclusões no modelo.

### 3.1 COLETA DE DADOS

Os relatórios utilizados são oriundos de trabalhos da CGU que avaliaram a execução do PNAE em municípios brasileiros. Esses relatórios são públicos e foram obtidos por meio de consulta ao sítio eletrônico da instituição.

Foram consideradas todas as auditorias decorrentes do Programa de Fiscalização de Entes Federados (FEF) que avaliaram a execução do PNAE referente aos exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016. Todavia, apenas 88 municípios compuseram a amostra, uma vez que nem todos os prefeitos que tiveram sua gestão auditada pela CGU no período concorreram à reeleição em 2016.

Os dados relacionados aos resultados das eleições municipais de 2012 e 2016 foram obtidos junto ao repositório de dados eleitorais, mantido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Informações sobre a condição socioeconômica dos municípios foram obtidas no sítio eletrônico da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN).

## 3.2 VARIÁVEIS DA PESQUISA

### 3.2.1 Variável dependente

Variável relacionada à recondução do prefeito ao executivo municipal. A variável reeleito é uma *dummy* que assumiu 1 quando o prefeito candidato à reeleição alcançou sucesso e 0 caso contrário.

Para a composição da amostra foram considerados apenas os municípios que a CGU avaliou a execução do PNAE e que tiveram prefeitos eleitos em 2012 que concorreram à reeleição em 2016. Nessas condições foram identificadas 88 observações.

### 3.2.2 Variáveis independentes

Trata-se das variáveis merenda, corrupção e divulgação do relatório de auditoria (dap), que foram construídas para mensurar a reação do eleitor brasileiro diante da atuação dos prefeitos municipais na condução da política de distribuição de alimentação escolar na rede pública local.

A primeira foi formada pelas deficiências que, embora relatada pelos auditores, poderiam ser percebidas pelos usuários dos serviços. Nessa variável foram agrupadas as deficiências que estão relacionadas com a disponibilidade do objeto da política pública aos alunos, no caso em questão, a merenda escolar.

A segunda variável foi constituída exclusivamente por atos de corrupção relacionados com a gestão do PNAE, o que por sua própria natureza, são mais difíceis de serem percebidas pelo cidadão comum. A terceira variável foi inserida para indicar

se os relatórios de auditoria da CGU foram divulgados antes ou depois das eleições municipais de 2016.

### 3.2.2.1 Variável merenda

Foi formada a partir das deficiências elencadas nos relatórios de auditoria da CGU que avaliaram a execução do PNAE em municípios brasileiros. Antes de irem a campo, as equipes de auditoria da CGU recebem um escopo dos itens que devem ser avaliados no trabalho. Em caso de identificação de não conformidade em algum dos itens que compõem o escopo, o auditor deve registrar no relatório de auditoria o problema verificado. Após a leitura dos relatórios divulgados pela CGU, as deficiências apontadas no âmbito do PNAE foram classificadas e padronizadas para que fosse possível a sua comparação nos diversos municípios fiscalizados. São deficiências de natureza operacional, aquelas relacionadas com a entrega do serviço (alimentação escolar) ao público. As deficiências foram classificadas, conforme descrito no quadro abaixo:

Quesitos avaliados	Itens avaliados (a)	Itens inadequados (b)	Nota do item (b) / (a)
Adequação do armazenamento da merenda			
Adequação do preparo da merenda nas escolas			
Adequação dos refeitórios nas escolas			
Adequação dos produtos utilizados na fabricação da merenda			
Adequação dos nutricionistas			
Adequação do cardápio escolar			

Existência de teste de aceitabilidade da merenda			
Disponibilidade da merenda			

Quadro 1 – Mensuração da Variável Merenda

Fonte: Elaborado pelo autor.

Trata-se de uma escala com oito quesitos, em que cada um deles questiona a existência ou não de um tipo de problema na merenda escolar. Para cada quesito foi contada a quantidade de itens avaliados e a quantidade de itens inadequados. O valor dos quesitos foi obtido pela divisão da quantidade de itens inadequados pela quantidade de itens avaliados, o resultado dessa operação foi dividido por oito.

Ao final, cada município obteve uma nota formada a partir dos valores encontrados em cada um dos quesitos. Para mensuração da nota a ser atribuída à variável merenda foi estabelecido 1 (um) como nota máxima. Dessa nota máxima subtraiu-se a soma dos valores apontados em cada um dos oito quesitos avaliados.

Sendo assim, a nota da variável merenda atribuída a cada município está compreendida no intervalo de 0 (zero) a 1 (um), em que quanto mais próximo de 1 (um) a nota for, melhor a avaliação da merenda.

Como exemplo da construção da variável merenda, considere que a equipe de auditoria visitou dez estabelecimentos de ensino em um determinado município. Das dez escolas visitadas, quatro apresentaram problemas no preparo da alimentação escolar e cinco não possuíam refeitório nas escolas. Não foram encontradas outras irregularidades na localidade fiscalizada.

Nesse exemplo, o quesito “preparo da merenda escolar” receberia nota 0,40 (4/10), enquanto que o quesito “adequação dos refeitórios” receberia a nota 0,50 (5/10). A nota consolidada do município seria  $1 - (0,40+0,50) / 8 = 0,8875$ .



### 3.2.2.2 Variável corrupção

Importada do trabalho de Ferraz e Finan (2008), essa variável representa o grau de corrupção municipal. Ela foi mensurada a partir da contagem da quantidade de vezes que um relatório de auditoria noticiou atos de corrupção encontrados nos municípios avaliados. Foram considerados como corrupção a fraude nos processos de contratação de bens e serviços públicos, desvio de recursos públicos e o superfaturamento em despesas como aquisição de alimento escolar. No caso desta pesquisa, destaca-se que essa variável contabilizou apenas os casos de corrupção relacionados com a gestão do PNAE.

### 3.2.2.3 Variável divulgação do relatório de auditoria

Para a operacionalização dessa variável no modelo estatístico foram formados dois grupos de observações. O primeiro foi constituído por municípios que foram auditados no ciclo eleitoral e que os resultados relatados foram publicados antes da eleição de 2016, ou seja, a população local pode tomar conhecimento de eventuais irregularidades sobre a gestão do PNAE antes de decidir seu voto. O segundo grupo foi composto por cidades que também receberam a vista da equipe de auditoria para avaliar a aplicação dos recursos públicos, contudo, o relatório da auditoria foi publicado após o pleito eleitoral de 2016. A variável é uma *dummy* que assume 1 quando os relatórios de auditoria do PNAE foram divulgados antes do pleito eleitoral de 2016, e 0, caso contrário.

### 3.2.3 Variáveis de controle

As variáveis utilizadas como controle no modelo proposto foram obtidas a partir das pesquisas de Klein (2010) e Besley e Case (1995). Foram considerados o capital político, pertencer ao partido do governador do estado e a variação do desenvolvimento municipal ( $\Delta ifdm$ ). Além dessas variáveis, a dependente também foi controlada por características pessoais dos candidatos à reeleição, tal como Ferraz e Finan (2008). Foram considerados o sexo, a idade, o estado civil e a escolaridade dos prefeitos candidatos.

O capital político foi obtido a partir do quociente entre o total de votos do candidato eleito pelo total de votos do segundo colocado. Os dados para a mensuração da variável capital foram extraídos do repositório de dados eleitorais do TSE. A sua inserção se justifica sob o argumento de que a competitividade do candidato eleito é inversamente proporcional à sua dificuldade em se reeleger, uma vez que seu desafiante teria que conquistar esses votos (KLEIN, 2010).

A variável *dummy* que indica se o candidato à reeleição pertence ou não ao mesmo grupo político do governador do estado, fundamenta-se na possibilidade de prefeitos que estão nessa condição receberem mais transferências financeiras do estado para aplicação no seu município, o que poderia melhorar sua imagem no cargo (Klein, 2010). A variável binária *part* assume 1 se o prefeito faz parte do mesmo partido do governador do estado, e 0 caso contrário.

A inserção da variação do desenvolvimento municipal se justifica a partir do trabalho de Besley e Case (1995), que apresentaram evidências que mudanças nas condições socioeconômicas impactam na chance de reeleição de políticos. Para representar o desenvolvimento municipal, utilizou-se o índice de desenvolvimento

municipal (IFDM) produzido pela FIRJAN. Trata-se de um estudo que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de cinco mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: emprego e renda, educação e saúde (FIRJAN, 2018). A variável  $\Delta ifdm$  foi construída a partir da seguinte equação:

$$(ifdm\ 2016 - ifdm\ 2012)/(ifdm\ 2012) \quad (1)$$

### 3.3 MODELO ESTATÍSTICO

Dado o objetivo desta pesquisa, apresenta-se o modelo de regressão logística, adaptado de Ferraz e Finan (2008):

$$\begin{aligned} reeleito = & \beta_0 + \beta_1 \cdot merenda + \beta_2 \cdot corrupção + \beta_3 \cdot dap + \beta_4 \cdot dap * corrupção \\ & + \beta_5 \cdot \Delta ifdm + \beta_6 \cdot capital + \beta_7 \cdot part + CP + \epsilon \quad (2) \end{aligned}$$

A variável  $dap * corrupção$  é uma interação entre a variável que representa o grau de corrupção municipal na gestão do PNAE e a variável que indica se a divulgação do relatório de auditoria ocorreu antes do pleito eleitoral. Nessa interação, o parâmetro  $\beta_4$  indicará a modificação da probabilidade de reeleição do prefeito municipal, em relação à percepção inicial do eleitor sobre a corrupção, quando esse tiver divulgadas, caso exista, associações às práticas corruptas na gestão do PNAE. As características pessoais dos candidatos foram representadas no modelo pelo termo CP.

## Capítulo 4

### 4. ANÁLISES DOS RESULTADOS

Apresentada a metodologia do estudo, nesta seção serão discutidos os resultados encontrados. Eles estão divididos em estatística descritiva e resultados da regressão logística.

#### 4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A Tabela 1 apresenta informações da estatística descritiva das variáveis contínuas analisadas para as 88 observações. As Tabelas 2 e 3 apresentam informações sobre a distribuição de frequência das variáveis dicotômicas.

**TABELA 1: ESTATÍSTICA DESCRITIVA**

VARIÁVEL	NÚMERO DE OBSERVAÇÕES	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
Δ IFDM	88	3,4812100	10.01718	-16,934930	32,551220
CAPITAL	88	1,4515620	0,961150	0,7706832	9,635992
MERENDA	88	0,6003811	0,231571	0	1
CORRUPÇÃO	88	0,6704545	1,310625	0	8

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme os dados apresentados na Tabela 1, a evolução média das condições socioeconômicas de um município, observadas no quadriênio 2012 - 2016, foi de 3,48%. Identificou-se, ainda, uma cidade que reduziu sua condição socioeconômica em 16,93%, enquanto outra evoluiu 32,55%.

Quanto ao capital político obtido na eleição de 2012, o resultado da amostra apresentou que, em média, os prefeitos foram eleitos para seu primeiro mandato com uma margem de vitória em relação ao segundo colocado de 45,15%.

Em relação às deficiências apontadas na variável merenda, a nota média de cada município foi 0,60. Isso significa dizer que dos 8 (oito) quesitos avaliados possíveis de conterem inadequações apontadas pela auditoria, a média observada nesta pesquisa foi de 3,2 deficiências. Observou-se a ocorrência de municípios que apresentaram todas as deficiências possíveis, bem como houve cidade em que os auditores da CGU não identificaram deficiência alguma na merenda.

No que diz respeito aos atos de corrupção relacionados à gestão do PNAE, a Tabela 1 indica que, em média, cada município da amostra teve 0,67 ações corruptas. Houve município que os auditores não detectaram atos de corrupção, todavia, teve cidade com relato de até oito práticas corruptas.

A Tabela 2 apresenta as distribuições de frequência das variáveis que são dicotômicas: prefeito reeleito (reeleito), se o relatório de auditoria foi divulgado antes do pleito eleitoral (dap) e se o prefeito é ou não do mesmo partido do governador (part).

**TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS VARIÁVEIS DICOTÔMICAS**

VARIÁVEL	NÚMERO DE OBSERVAÇÕES	NÃO (%)	SIM (%)
REELEITO	88	53,4	46,6
PART	88	77,3	22,7
DAP	88	39,8	60,2

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme apontado na Tabela 2, verificou-se que 46,6% dos prefeitos que tentaram a reeleição foram reconduzidos ao cargo do executivo municipal. Quanto a pertencer ao partido político do governador, verificou-se que apenas 22,72% da amostra satisfaziam essa condição. Também foi observado que 60,22% dos municípios auditados tiveram o relatório divulgado antes das eleições de 2016.

**TABELA 3: RELAÇÃO ENTRE PREFEITO REELEITO E PERTENCER AO PARTIDO DO GOVERNADOR DO ESTADO**

REELEITO?	PARTIDO DO GOVERNADOR?		TOTAL
	NÃO	SIM	
NÃO	41	6	47
SIM	27	14	41
TOTAL	68	20	88

Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo os dados apresentados na Tabela 3, dos 88 municípios verificados, 41 deles tiveram o prefeito reeleito ao governo municipal. Em 20 ocasiões, o prefeito que tentou a reeleição pertencia ao mesmo partido do governador do estado. A taxa de sucesso na tentativa de reeleição para prefeitos que satisfaziam essa condição foi de 70%. Por outro lado, dos 68 prefeitos que não faziam parte do mesmo partido do governador, apenas 27 deles tiveram êxito no pleito eleitoral, ou seja, somente 39,70% deles foram reeleitos.

## 4.2 REGRESSÃO LOGÍSTICA

O objetivo da regressão é avaliar se um conjunto de variáveis explica o comportamento de outra chamada de dependente. No caso da regressão logística o modelo verifica a probabilidade de ocorrência de um evento determinado a partir do comportamento das variáveis explicativas. A leitura da regressão logística nesta pesquisa deve ser feita a partir dos parâmetros de cada variável independente, os quais indicarão o aumento ou diminuição da probabilidade de reeleição do prefeito municipal. A Tabela 4 apresenta os resultados dessa análise.

Destaca-se ainda que a chance de ocorrência de um evento em função da alteração de uma unidade de determinada variável explicativa, mantida as demais

condições constantes, pode ser obtida elevando-se o número de Euler “ $e$ ” ao parâmetro  $\beta$  correspondente à variável explicativa.

A multicolinearidade das variáveis independentes foi afastada a partir do resultado do teste VIF, uma vez que a variável independente com maior resultado no teste marcou 1,87. Durante a execução do teste estatístico foram inseridas todas as variáveis apresentadas na metodologia deste estudo. As variáveis de controle idade, sexo, escolaridade e estado civil foram removidas do modelo por não apresentarem significância estatística.

**TABELA 4: REGRESSÃO LOGÍSTICA**

					Nº Obs.	88
					LR chi2(7)	27,46
					Prob > chi2	0.000
					Pseudo R2	0,2259
REELEITO	COEF	DESVIO PADRÃO	WALD	SIG		
MERENDA	2,5874	1,3144	-1,97	0,049		
CORRUPÇÃO	0,4121	0,2566	1,61	0,108		
DAP	0,3874	0,5693	0,68	0,496		
DAP*CORRUPÇÃO	-1,0643	0,5281	-2,02	0,044		
PART	1,5716	0,6127	2,56	0,010		
CAPITAL	1,5223	0,8264	1,84	0,065		
$\Delta$ IFDM	0,6973	0,0295	2,36	0,018		
CONSTANTE	0,0408	1,4721	-3,14	0,002		

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da análise dos resultados da regressão logística apresentados na Tabela 4, verificou-se que das 7 variáveis independentes inseridas no modelo, as variáveis dap e corrupção não se apresentaram estatisticamente diferentes de zero ao nível de significância de 10%. A variável part foi estatisticamente significativa com 99% de confiança. As variáveis merenda, dap\*corrupção e  $\Delta$ ifdm foram estatisticamente diferentes de zero com 95% de confiança. A variável explicativa capital foi estatisticamente significativa com 90% de confiança.

Os resultados sugerem que o capital político e pertencer ao partido do governador do estado estão associados positivamente com a probabilidade de reeleição do prefeito municipal. Os achados corroboram com os resultados encontrados por Klein (2010). No que diz respeito a pertencer ao partido político do governador, observou-se que os candidatos que satisfazem essa condição possuem 381% ( $e^{\beta_7}$ ) mais chances de reeleição do que aqueles que são de partidos distintos.

Em se tratando da evolução socioeconômica, os resultados indicam que o aumento da condição municipal em 1 ponto percentual durante o ciclo eleitoral incrementa a chance de reeleição do prefeito municipal em 7,2% ( $e^{\beta_5}$ ), mantidas as demais condições constantes. Isso implica em dizer que os eleitores levam em consideração a melhora da sua qualidade de vida na hora de escolher seus representantes, sugerindo o funcionamento do mecanismo de recompensa política. Esses resultados estão de acordo com os estudos de Besley e Case (1995).

Em relação à variável merenda, a sua significância estatística indica sua capacidade de influenciar na probabilidade de reeleição dos prefeitos. Os testes realizados sugerem uma relação positiva entre a variável e o sucesso dos governantes locais nas urnas. Isso significa que quanto melhor for a avaliação da alimentação escolar municipal, maior será a probabilidade de reeleição do prefeito local. Por consequência, destaca-se que o inverso também é verdadeiro, pois quanto pior for a avaliação da merenda, menor será a probabilidade de recondução do prefeito.

A resposta obtida por meio da variável merenda sugere o funcionamento da *accountability* vertical quando o objeto de avaliação é a alimentação escolar municipal no Brasil. Essa afirmação se sustenta nos modelos usualmente aceitos, tal como definido por Zielinski, Slomczynski e Shabad (2005), pois os resultados indicam que



os eleitores brasileiros tendem a não reconduzir prefeitos que entregam baixo desempenho na alimentação escolar municipal. Dessa forma, os resultados confirmam a hipótese 1 desta pesquisa.

Em relação à variável corrupção, em que pese o coeficiente do teste indicar associação positiva entre a prática de corrupção e o aumento da probabilidade de reeleição, os resultados obtidos não se apresentaram estatisticamente diferente de zero a 90% de confiança. Diante desse contexto, com base na amostra desta pesquisa, não foi possível identificar a ocorrência de efeito da variável corrupção sobre a reeleição dos prefeitos.

Considerando que os resultados já apresentados nesta pesquisa indicaram a capacidade dos eleitores em responsabilizar prefeitos em função do seu desempenho, é possível que esses cidadãos não consigam perceber quando prefeitos estão associados à prática de corrupção na gestão de recursos públicos destinados à educação, tal como demonstraram Ferraz e Finan (2008).

Isso pode ser corroborado pelos resultados da variável  $dap^*$  corrupção, os quais indicaram que, uma vez que estes atos de corrupção se tornam públicos, por meio da divulgação de relatórios de auditoria, ocorre uma mudança na decisão do eleitor. Nessas condições, a associação à prática de corrupção na gestão do PNAE passa então a diminuir a probabilidade de reeleição dos candidatos.

Nesses casos, quanto mais atos corruptos tenham praticados os prefeitos, menor será sua probabilidade de ser reconduzido ao comando do governo local. Na estimativa do modelo desta pesquisa, a divulgação de 1 ato em que o prefeito municipal está associado a prática de corrupção na gestão de recursos destinados à merenda escolar municipal diminui sua chance de reeleição em 65,51% ( $1 - e^{\beta_4}$ ).

Sendo assim, os resultados extraídos deste teste estatístico confirmam a hipótese 2 deste estudo. Todavia, é oportuno enfatizar que os eleitores brasileiros só conseguem responsabilizar prefeitos municipais pela associação a atos corruptos na gestão do PNAE quando ocorre a redução da assimetria de informação, o que corrobora com os achados de Ferraz e Finan (2008).

Destaca-se ainda que a simples presença da realização de auditoria em um município não produz efeito algum na probabilidade de recondução do prefeito municipal, uma vez que a variável que indica se o relatório de auditoria foi publicado antes do pleito eleitoral se apresentou insignificante estatisticamente quando verificada isolada.

Considerando que o comportamento esperado do eleitor em situações de baixo desempenho do agente seria a não recondução dos prefeitos ao cargo, o que justificaria a racionalidade do mecanismo de controle político, esta pesquisa apresenta evidências do funcionamento da *accountability* no Brasil, quando observada a performance do prefeito na execução de políticas públicas da educação municipal, mais especificamente na atuação dos gestores frente ao PNAE. Esse estudo também foi capaz de apresentar resultados que sustentam o sucesso da interação ocorrida entre a *accountability* horizontal e *accountability* vertical diante de deficiências na educação pública, evidenciando a importância da redução da assimetria de informação no processo de representação democrática.

## Capítulo 5

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste estudo foi verificar se os eleitores brasileiros são capazes de responsabilizar os prefeitos pelo seu desempenho na gestão da alimentação escolar municipal. Para operacionalizar as hipóteses levantadas, considerou-se como responsabilização a não recondução dos prefeitos que entregaram baixo desempenho na gestão do PNAE. O campo de pesquisa se limitou aos municípios que receberam auditoria da CGU para avaliar a gestão do PNAE referentes aos exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016.

Os resultados da pesquisa indicaram que o eleitor brasileiro tende a não reconduzir prefeitos municipais que apresentam um baixo desempenho na gestão da alimentação escolar, o que sugere o funcionamento da *accountability* para superar problemas de agência relacionados a essa política pública.

O estudo também indicou que prefeitos associados à prática de corrupção possuem menos chance de serem reeleitos, desde que a população tome conhecimento da prática delituosa. Todavia, os achados também sugerem que, em regra, o cidadão não consegue observar os atos de corrupção praticados pelos prefeitos, o que demonstra a relevância da redução da assimetria de informação. Essa suposição se fundamentou pela mudança de comportamento do eleitor quando atos de corrupção são divulgados ao público por meio de relatórios de auditoria. Nessas condições, os resultados da pesquisa indicaram que prefeitos diminuem suas chances de reeleição. Os resultados encontrados corroboram com a literatura existente no

sentido de reforçar a importância de entidades que atuam para reduzir a assimetria de informação entre eleitos e eleitores.

De forma prática, a pesquisa traz contribuições para a discussão sobre o impacto da atuação de órgãos de controle na sociedade. Os resultados apresentados demonstram que essas instituições têm capacidade para identificar debilidades em políticas públicas relacionadas com a educação municipal, bem como municiar os cidadãos de informações relevantes sobre atos do agente delegado, que até então eram desconhecidas do principal.

O estudo trouxe novos elementos para discussão sobre conflitos de interesses que ocorrem entre agente e principal numa relação política. Foi possível verificar que os eleitores brasileiros se preocupam com a qualidade da merenda escolar e são capazes de responsabilizar prefeitos por baixo desempenho na gestão dessa política. Por outro lado, também foi verificado que o problema da assimetria de informação entre eleitores e eleitos é relevante quando eleitores vão escolher seus representantes, uma vez que o desconhecimento da informação influencia na escolha do candidato.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi observado o funcionamento da *accountability* diante de problemas de agência relacionados à educação pública municipal. Tendo em vista a reação dos eleitores diante de deficiências na educação pública, com vistas a ampliar o entendimento sobre a *accountability* vertical, sugere-se que a problemática seja alterada, considerando outras áreas objeto de política pública, como saúde, assistência social e segurança pública.

## REFERÊNCIAS

ALLEN, F.; QIAN, J.; SHEN, L. Corruption and Competition. **Centre for Economic Policy Research**, Londres, out. 2018. Disponível em: <[https://cepr.org/active/publications/discussion\\_papers/dp.php?dpno=13218](https://cepr.org/active/publications/discussion_papers/dp.php?dpno=13218)>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ALT, J.; MESQUITA, E. B.; ROSE, S. Disentangling Accountability and Competence in Elections: Evidence from U.S. Term Limits. **The Journal of Politics**, Local, v. 73, n.1, p. 171-186, jan. 2011.

ASHWORTH, S. Electoral accountability: recent theoretical and empirical work. **Annual Review of Political Scienc**, v. 15, p.183-201, mar. 2012.

BESLEY, T.; CASE, A. Incumbent behavior: vote seeking, tax setting and yardstick competition. **American Economic Review**, v. 85, n. 1, p. 25-45, mar. 1995

\_\_\_\_\_. Does electoral accountability affect economic policy choices? Evidence form gubernatorial term limits. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 110, n. 3, p. 769-798, ago.1995.

BOSSE, D.; PHILLIPS, R. Agency theory and bounded self-interest. **The Academy of Management Review**, v. 41, n. 2, p. 276-297, abr. 2016.

BOVENS, M. Analysing and assessing accountability: a conceptual framework. **European Law Journal**, v. 13, p. 447-468, jul. 2007.

\_\_\_\_\_. Two concepts of accountability: accountability as a virtue and as a mechanism. **West European Politics**, v. 33, n. 5, p. 946-967, 2010.

CAVALCANTE, P. Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n.1, p.87-104, abr. 2015.

EISENHARDT, K. Agency Theory: an assessment and review. **Academy of Management Review**, v. 14, n. 1, p. 57-74, jan. 1989.

FERRAZ, C.; FINAN, F. Exposing corrupt politicians: the effects on Brazil's publicly released audits on electoral outcomes. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 123, n. 2, p. 703-745, mai. 2008.

\_\_\_\_\_. Electoral accountability and corruption: evidence from the audits of local governments. **American Economic Review**, v. 101, n. 4, p. 1274-1311, jun. 2011.

FERRAZ, C.; FINAN, F.; MOREIRA, D. Corrupting learning: evidence from missing federal education funds in Brazil. **Journal of Public Economics**, v. 96, n. 9, p.712-726, jun. 2012.

FIRJAN – **Federação das Indústrias do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

FLORENCE, M.; ASBRIDGE, M.; VEUGELERS, P. Diet Quality and Academic Performance. **Jornal of School Health**, v. 78, n. 4, p. 209-215, abr. 2008.

GOEL, R. K.; NELSON, M. A. Measures of corruption and determinants of US corruption. **Economics of Governance**, v. 12, n. 2, p. 155-176, 2011.

HAKHVERDIAN, A.; MAYNE, Q. Institutional Trust, Education, and Corruption: A Micro-Macro Interactive Approach. **The Journal of Politics**, v. 74, n. 3, p. 739-750, jul. 2012.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs, and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305–360, out. 1976.

KLEIN, F. A. Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 283-337, abr. 2010.

O'DONNELL, G. Horizontal accountability in new democracies. **Journal of Democracy**, v. 9, n. 3, p. 112–126, 1998.

OLKEN, B. A.; PANDE, R. Corruption in developing countries. **Annual Review of Economics**, v. 4, p. 479–509, 2012.

ROCHA, A. C. Accountability: dimensões de análise e avaliação no trabalho dos tribunais de contas. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 82-76, mai./ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Accountability na Administração Pública: modelos teóricos e abordagens. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 82-97, mai./ago. 2011.

SCHILLEMANS, T. Accountability in the shadow of hierarchy: The horizontal accountability of agencies. **Public Organization Review**, v. 8, n. 2, p. 175-194, fev. 2008.

SCHILLEMANS, T.; BUSUIOC, M. Predicting public sector accountability: from agency drift to forum drift. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 25, n. 1, p. 191-215, jun. 2014.

SHAPIRO, S. Agency theory. **Annual Review of Sociology**, v. 31, p. 263-284, fev. 2005.

TYBURSKI, M. D. Curse or cure? migrant remittances and corruption. **The Journal of Politics**, v. 76, n. 3, p. 814-824, jun. 2014.

ZIELINSKI, J.; SLOMCZYNSKI, K.; SHABAD, G. Electoral control in new democracies: the perverse incentives of fluid party systems. **World Politics**, v. 57, n. 3, p. 365-395, abr. 2005.